

***Comunicado de Imprensa***

***Ordem dos Médicos***

**Ordem dos Médicos vai pedir ao Ministério uma auditoria ao SNS**

**A degradação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) vem confirmada no último relatório do Tribunal de Contas sobre o acesso a cuidados de saúde. “O que só confirma o desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde”, como vem sublinhando Miguel Guimarães, bastonário da Ordem dos Médicos, que agora quer que a tutela realize uma auditoria independente ao SNS.**

A Ordem dos Médicos (OM) vai pedir ao Ministério da Saúde para realizar uma auditoria independente ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). Em causa estão as condições de acesso aos cuidados de saúde nos hospitais públicos, que se degradaram em 2016, de acordo com as conclusões do relatório do Tribunal de Contas (TdC), divulgadas esta terça-feira, 17 de outubro.

A análise feita pelo Tribunal de Contas é reveladora: o acesso dos doentes a cuidados de saúde degradou-se em 2016 e as conclusões contrariam os números da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), os quais davam conta de menos tempo de espera pela primeira consulta de especialidade nos hospitais públicos. O relatório põe mesmo em causa a fiabilidade dos dados fornecidos pela ACSS, que afirma serem falseados através de “procedimentos de validação e limpeza das listas de espera”.

“É inadmissível que isto aconteça. O Ministério da Saúde tem de garantir a transparência total e independência dos dados fornecidos ao país e que fazem o retrato do estado real do SNS”, afirma o bastonário da OM, Miguel Guimarães. “É urgente uma auditoria independente ao nosso SNS, que inclua ainda uma análise rigorosa a todos os procedimentos informáticos”, sublinha o bastonário, disponibilizando-se a debater o assunto na comissão parlamentar de Saúde.

A auditoria do TdC incidiu sobre o triénio 2014-2016 e conclui que ocorreu uma “degradação do acesso dos utentes a consultas de especialidade hospitalar e à cirurgia programada”. O tempo médio de espera para uma primeira consulta de especialidade hospitalar aumentou de 115 para 121 dias, tendo-se agravado o incumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos – de 25%, em 2014, para 29% em 2016. O número de utentes em lista de espera cirúrgica aumentou em 27 mil utentes, ou seja, cerca de 15%. No ano passado morreram 2605 doentes à espera de uma cirurgia.

***Lisboa, 18 de outubro de 2017***